

O PESCADOR ARTESANAL NA ÓTICA URBANO-INDUSTRIAL

Lúcia Helena de Oliveira Cunha *

No ângulo urbano e industrial, a pesca artesanal é percebida exteriormente. Esta percepção se manifesta sob duas vertentes ideológicas distintas: aquela que a romantiza, inserindo-a na "ordem natural", em oposição à "ordem cultural e civilizadora", outorgando-lhe, porém, legitimidade apenas nesta oposição — enquanto regida pelo reino da natureza —, algo que aparece distante ou ausente da ótica urbana; e aquela que a nega, porquanto não se faz presente na lógica produtiva da sociedade que a comanda.

Ambas as visões — a primeira, caracteristicamente urbana e turística, e, a segunda, guardando estas mesmas origens, expressa pela ótica empresarial e do Estado — movem-se em torno da concepção de trabalho vigente na sociedade industrial, possibilitando toda a sorte de estereótipos e preconceitos reveladores da incapacidade de perceber o outro em sua singularidade. Uma afirma o mundo da pesca pelo não-trabalho, por se localizar na natureza (vista como imóvel e intocável) e não no universo da cultura, do urbano, onde, desta perspectiva, o natural se ausenta. Daí derivam concepções que valorizam o pescador apenas enquanto "um ser vivente de peixes e do mar", sendo muitas vezes sua atividade traduzida como não-trabalho. A outra, nega o pescador ao concebê-lo como "preguiçoso, boa vida, indolente, ignorante, mentiroso, atrasado", enfim, não-produtivo, projetando sobre ele tudo o que não se coaduna com o ideário de trabalho do mundo capitalista. Nesta perspectiva, o tempo do não-trabalho, ou qualquer expressão do tempo livre, tende a ser traduzido negativamente.

Se isso é extensivo a todas as culturas, que, por se portarem de forma distinta à do modelo ocidental, ameaçam a capacidade de esse modelo se eternizar, é importante registrar seu ideário nesta busca incessante de auto-perpetuação. Cabe dizer que esse ideário capitalista de trabalho e de sociedade — rechaça o lazer como uma dimensão da vida humana. Quando o incorpora na lógica social, o faz, como observa Coelho (1983), sob sua forma diminuída: a diversão.

Na glorificação e sacralização do trabalho, cria-se o homem que se deseja, o homem que se quer: produtor de mercadorias. A liberdade, e tudo que como tal se afigura, somente se realiza mediante o trabalho.

"Trabalho é a dignificação do homem".

O capitalismo se constitui na história pela apropriação do tempo do trabalho e, de certo modo, do tempo livre. Este tempo só é possível na equivalência do tempo do não-trabalho. Toda lógica social é tecida e motivada pelo tempo rentável, tempo produtivo — tempo do relógio. Fazendo a disjunção trabalho e vida (tempo de trabalho x tempo livre),

"coloca-se em lados opostos os que têm a força de trabalho e os que têm os meios de produção (...) estabelece imediatamente a separação entre o tempo que é vendido (trabalho) e o tempo que permanece sob o 'controle' do vendedor". ("vida", tempo livre) (CALDEIRA, 1984: 115).

(*) Esta reflexão constitui um extrato de minha dissertação de mestrado sobre o pescador artesanal da Barra da Lagoa no litoral leste da Ilha de Santa Catarina, sob o título *Entre o Mar e a Terra — tempo e espaço da pesca em Barra da Lagoa*, apresentada ao Programa de Estudos de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUC/SP, em Agosto de 1987.

Trabalho e lazer são, pois, nesse modo de ordenação social, ainda que permeáveis, tornadas opostas, separadas, estáticas e, em certo sentido, negadoras uma da outra. Neste contraponto, ganham lugar as oposições tempo útil versus tempo perdido, tempo produtivo versus tempo livre, cujos primeiros termos são sempre positivamente valorados em detrimento dos segundos. As expressões correntes como "tempo é dinheiro", "ganhar tempo", "economizar tempo", ilustram a noção de temporalidade contida na dinâmica industrial ocidental.

Num tempo naturalizado como irreversível — medido —, em que o trabalho é exaltado dentro da lógica que o instaura como a única condição de a humanidade se realizar, a ludicidade e o prazer deixam de ter lugar. Não têm lugar na vida nem no trabalho (dimensões antitéticas), a não ser sob medida — as suas.

Essa é a temporalidade que o capitalismo institui, sobre a qual o etnocentrismo como vertente ideológica ganha expressão, anulando e suprimindo física e culturalmente tempos e espaços por si não-contemplados. Castoriadis (1982) mostra, neste sentido, como "a fantasia da onipotência do capitalismo" — uma das expressões de seu tempo imaginário — "referência a supressão da alteridade".

Assim, as concepções produtivistas do capitalismo, à luz das quais o outro é percebido, demonstram a impossibilidade de esse sistema se produzir fora do contraponto trabalho versus liberdade. São dois tempos que irrompem com ritmos descontínuos.

Embora inseridos da teia temporal capitalista, não é nesta medida que os pescadores encerram seu tempo. Se a sociedade que os envolve tende a subsumí-los, cada vez mais, no jugo do tempo do relógio, como forma predominante, no interior do ciclo da pesca, o tempo natural ainda flui. O pescador artesanal parece definir sua existência e demarcar seus afazeres diários, não somente em função do calendário urbano — há algum tempo que sua vida vem sendo regida pelos horários do relógio —, mas, em decorrência das principais safras de peixes que perpassam as estações do ano. Ele se refere geralmente, a cada época enquanto significado da atividade, demarcado a passagem dos meses pela passagem dos peixes: "é época da tainha, é época da anchova, é época de brota, da corvinha". Neste sentido, cabe citar as observações de Evans-Prichard:

"O calendário é uma relação entre um ciclo da atividade e um ciclo conceitual e os dois não podem ser isolados, já que o ciclo conceitual depende do ciclo de atividade do qual deriva seu sentido e função... O calendário está ancorado no ciclo das mudanças ecológicas." (EVANS-PRICHARD, 1975: 113).

Se o tempo do relógio se presencia nesse povoado pesqueiro — seja pelo ritmo impulsivo da vida da cidade que a ele por vezes, se contrapõe, seja pela própria organização da produção inscrita no capital — comercial e industrial, ou pela ocupação desordenada de elementos de fora que nele passaram a habitar, temporária e permanentemente —, o elo com o tempo natural parece persistir, regulando, ainda de modo relativo, as atividades do pescador artesanal. Basta ver a organização do cotidiano do trabalho de pesca, não marcado por horários definidos, e o modo como intercala sua atividade num ritmo que lhe permite certo controle do tempo. Nestes termos, parafraseando EVANS-PRICHARD, a pesca é que impõe o horário do dia-a-dia, coordenando com seu tempo próprio as atividades a serem realizadas —, não obstante numa relação de subordinação ao tempo do capital. Se, por um lado, é possível delinear alguns movimentos básicos que diariamente são efetuados — saída à captura dos peixes, retor-

no e processo de sua comercialização —, por outro, não se pode prever com precisão em que marcações do tempo estes movimentos se dão. É um tempo imprevisível e irregular. E, neste sentido, na modalidade artesanal de pesca, os dias não se repetem: tempo não-fixo, tempo irregular, tempo imprevisível; tempo que depende de outro tempo; tempo que tem o seu próprio tempo.

Duas ordens de tempo, a rigor, se interpõem no cotidiano dos pescadores, sintetizando sua vida presente. Tempo natural e tempo mercantil-capitalista, respectivamente, em sua expressão cíclica e linear, são ordenações simultâneas e ambivalentes do ritmo da vida social.

A ordenação capitalista, que rege a sociedade dominante, converte quantitativamente o tempo em valor reduzido a dinheiro. O capital passa a pressionar “por dentro” a atividade pesqueira, alongando o tempo de permanência no mar e regulando o ritmo da produção. De acordo com o valor da mercadoria, estipulado no bojo das relações mais amplas da sociedade, é que o pescador reproduz sua existência básica: seu tempo de trabalho só se realiza socialmente no mercado. Tem-se aí o tempo do capital expresso na integração da atividade pesqueira, nas malhas da produção mercantil e industrial. Embora o relógio não esteja inscrito na produção como medida de tempo, traduz a lógica capitalista no controle da circulação do pescado nas mãos do intermediário e de grandes empresas e, na aparição do não-trabalhador no processo produtivo, o qual expropria o tempo de quem produz, rompendo com a secular relação de parceria.

De outro modo, a interferência da pesca industrial na localidade se faz notar pela presença direta ou indireta dos grandes barcos nos mares da Barra e circunvizinhos, como produtores de um ritmo técnico e econômico próprio — o ritmo do maquinismo, do grande capital. Sendo muitos migrantes temporários — ora embarcados, ora artesanais —, os pescadores vivem tempo e espaço com duplicidade. Tal duplicidade aparece, também no verão e no inverno, onde tempo turístico e tempo da pesca se contrapõem, durante o ano, com ritmos diferentes.

Tal temporalidade social — em sua expressão identitária — instaura uma noção de tempo sequencial, cumulativa e linear — negadora do passado. Os pescadores têm seus elos rompidos com a lua e as estrelas. Essa noção temporal projeta sempre o presente para o futuro: não se sabe exatamente para onde, exceto que esse onde é melhor... e que está no futuro (PAZ, 1984). E, dessa perspectiva, o passado deve ser sempre superado — presente e futuro sempre caminham à sua frente.

A ordem natural manifesta-se no ritmo interno do ciclo da pesca: os pescadores seguem a mobilidade das espécies em cada safra. Um tempo que, tal como o “peixe gira”, faz a roda do tempo, acaba e renasce de modo cíclico.

Marcada fortemente pelas forças naturais, a irregularidade na captura dos recursos marinhos gera um ritmo próprio no interior da pesca artesanal. Não se quer dizer com isso, como faz lembrar Thompson, que a natureza comanda o processo produtivo, vindo, em si, a conformar o tempo natural no universo pesqueiro. É na relação com ela estabelecida que este tempo se expressa. Isto é, no modo como a natureza se impõe com seu ritmo próprio e, concomitantemente, é apropriada pelo pescador — mediante a tecnologia artesanal empregada e no conhecimento construído em torno dos domínios que abrange, céu, mar, rio —, e que se extrai o tempo natural.

Paradoxalmente, embora sujeito à natureza, o pescador possui controle relativo sobre o tempo, no modo como encadeia as atividades, em que tempo de trabalho e tempo livre parecem se trançar em arranjos distintos, ainda que, nesta relação, o primeiro comande. Embora mais dependente do tempo físico, parece possuir interna-

mente maior controle do tempo social, mesmo que submetido aos imperativos do tempo do mercado (e da indústria pesqueira).

O dia laborial não se define rigidamente na seqüência das atividades. Estas não se ordenam no mesmo ritmo. Seu encadeamento processa-se de acordo com o próprio ciclo interno da pesca, cuja irregularidade alcança expressão na vida do dia-a-dia. Se os intervalos do tempo são comandados pela pesca (desde o acordar até o dormir), as atividades que se interpõem na vida diária têm ritmos próprios: não começam e recomeçam necessariamente da mesma maneira. Cada qual, por sua vez, incide no tempo de modo peculiar: no tempo de permanência no mar (durante a viagem, na procura e na captura dos cardumes de peixes); nos deslocamentos entre mar e terra; no tempo de trabalho em terra (feitura e conserto de redes, cuidados com a manutenção da embarcação e equipamentos e comercialização do produto).

Essa irregularidade intrínseca ao ritmo da pesca artesanal manifesta-se com maior nitidez no ritmo diferenciado que cada modalidade imprime no interior do ciclo, em seus intervalos, na passagem de uma a outra, nos períodos de safra e entresafra. Além do emprego de técnicas distintas, os pescadores parecem ter de seguir, em cada uma delas, os movimentos específicos da natureza — das marés, das espécies e da atmosfera — interpostos distintamente no decorrer do ciclo. Não há, pois, como falar de um tempo e cenário únicos — no entremear de suas tarefas, os pescadores parecem estar sempre variando frente aos imprevistos constantes com que se defrontam, ainda que seus afazeres se reiterem no dia-a-dia. Parecem estar sempre diante do inesperado.

Sem abstrair das variáveis sociais aí envolvidas, a impressão que se tem é que o modo como a vida (dos pescadores) se trança no cotidiano parece acompanhar permanentemente a natureza em seus movimentos, como se a vida estivesse colada a ela (simbioticamente e na tensão). O próprio tempo parece ser percebido sempre como ritmo, movimento, nesta medida ou nestas expressões: viajar no mar, os peixes giram, nas voltas da lua, às voltas da casa.

Desse modo, as forças naturais atuantes no universo pesqueiro e, mais especificamente, na constituição do espaço litorâneo, ganham relevância — ainda que não numa relação de determinação — como um conjunto de condições e processos que influenciam as relações entre o homem e a natureza. Ou seja, a natureza não constitui uma entidade estática segundo a lógica da grande indústria, que a faz parecer como fator de produção inerte ou reduzida a objeto de empreendimento, mas um sistema de produção próprio que se articula com o social. Sua dinâmica particulariza-se num complexo de relações e processos que produzem a vida. (DIEGUES, 1983).

Em seu exaustivo estudo sobre a atividade pesqueira, Diegues aponta a necessidade de se pensar a natureza como algo não-homogêneo, cujos movimentos imprimem especificidade às atividades produtivas, aos ritmos temporais aí desenvolvidos, à forma de apropriação humana:

“Ao contrário da indústria, onde matéria-prima é relativamente homogênea, permitindo a produção em massa, a pesca exige ajustes contínuos a condições naturais em contínua mudança. Essas condições naturais em contínuos movimentos dificultam a produção em massa e quando, pela introdução do maquinismo, ela se torna possível, como no caso da pesca de arenque, ocorre o período de extermínio da espécie.” (1983: 87).

Nesse sentido, os ritmos temporais presentes na pesca artesanal implicam entender a forma com os homens se relacionam entre si, e, mais especificamente, com a natureza marinha, como um ecossistema próprio. Seus movimentos internos apontam limites nem sempre previsíveis à ação humana e uma forma específica de apropriação de seus recursos articulada, direta ou indiretamente, a distintas temporalidades sociais.

Além desses aspectos, convém acentuar que o controle relativo dos meios de trabalho, particularmente nos casos em que prevalecem os produtores diretos, vincula-se, nesta forma de organização, intrinsecamente ao controle da arte da pesca, em que o saber pescar se apresenta mediatizado pela tradição e experiência, conferindo-lhe especificidade. A pesca artesanal não depende apenas de posse de condições materiais necessárias à sua realização. O ato do saber pescar envolve um conjunto de conhecimentos, experiências e códigos culturais transmitidos de pai para filho, recriados individual ou socialmente, através dos quais a parceria se realiza. Se a diferenciação econômica se evidencia — com proprietários e não-proprietários dos meios de produção, configurando uma parceria desigual — no plano cultural, no ato mesmo de pescar, a parceria relativamente se equaliza pois o saber compartilhado é uma condição *sine qua non* da pesca artesanal.

É importante perceber, pois, como esses ritmos naturais são apropriados pelo pescador artesanal e como se especificam, seja em relação a seu trabalho concreto, seja em relação aos conteúdos imaginários que a ela são imputados. Decorre daí uma noção de temporalidade vivida e representada de modo original nos diversos domínios físicos e sociais em que a pesca se realiza — “aqui tem liberdade”.

Das seguintes falas, é possível depreender esse ideário de liberdade que integra o imaginário do pescador artesanal, resultante do ritmo natural da pesca, o que evidencia, de sua parte, uma recusa, mesmo que relativa e contraditória, em ingressar no tempo capitalista industrial típico, enquanto cristalizado na disciplina do tempo fabril. Uma recusa manifesta de modo concreto e imaginário, mesmo quando imerso na fantasia da “urbanidade” e do “progresso”, ou inserido na trama do capital comercial e industrial.

“A pesca é melhor, não se pede a ninguém, vai a hora que quer, não está cativo. Em terra esta preso, está sempre mandado. No mar o camarada tem sua vida”. (Leoni Vieira, 40 anos, 1986).

“A gente se criou na pesca e gosta da pesca, a gente está acostumado (...) Em terra o salário não dá nem pra comer (...) Na pesca vou a hora que quero, volto a hora que quero (...) Na fábrica, ou no serviço, seja lá o que for, eu tenho de ir, possa ou não possa, se eu não for eu perco, sou obrigado a ir. Então fica difícil. Na pesca já me acostumei, ganho pouco mas eu que mando”. (Valdelino Vieira, 40 anos, 1987).

“Trabalha-se na pesca mais à vontade. Se tivesse trabalhando em terra estaria ganhando um salário (...) pois o pescador tem essa vantagem, trabalha mas não é mandado (...) Aqui não tem um patrão que cutuca (...) que manda (...), forçado (...), não tem horário (...) Tudo isso é liberdade”. (Entrevista conjunta com vários pescadores).

“Nós pescadores não dá pra enfrentar serviço em terra (...) Deus me ajuda pra nunca depender de um serviço em terra, é mais garantido mas não dá pra viver de um salário de fome. Na pesca trabalho mais à vontade. Escolho ser pescador pela liberdade”. (Anselmo Duarte, 32 anos, 1986).

Importa realçar que o mar — domínio principal em que se inscreve o trabalho diário — consiste no referencial básico de construção e reconstrução de sua identidade como trabalhadores, trabalhadores do mar. A oposição mar versus terra por ele estabelecida ganha um sentido particular, não só no plano imaginário, mas em sua vida concreta, demarcando sua atividade em relação a outras dominantes no meio urbano-industrial. À terra, quando identificada como esse trabalhos urbanos, é referida como um espaço exterior, fixo, aprisionador, em contraposição ao mar, percebido como o espaço interior, móvel e libertador.

Se a não-percepção das implicações históricas da tendência à proletarização, em suas determinações básicas, impossibilita uma linguagem nitidamente política, não resta dúvida de que o pescador artesanal insinua um modo de ser, nos planos real e imaginário, pulsado pelo tempo natural. Um modo de vida marcado por contradições, envolto nas redes capitalistas, que estranha, porém, o tempo aí prevalecente.

Daí poder-se entender, talvez, as construções ideológicas sobre o modo de vida do pescador. O porquê a sociedade dominante o nega, ou o absorve e recusa. Ao não se coadunar com o ritmo produtivo dominante, o pescador tende a ser percebido do ângulo urbano-industrial como “preguiçoso, vagabundo, indolente, atrasado”.

O tempo natural, expresso na pesca artesanal, não está dissolvido no tempo mercantil e industrial capitalista, embora com ele se articule ou a ele se subordine. Neste sentido, o tempo do pescador, no ritmo diário, apresenta-se como dissonante na ordem fabril porque contempla uma liberdade aí ausente. Liberdade real e ilusória.